



A
P

-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE 2021-----

-----**ACTA NÚMERO VINTE E SETE**-----

---Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2021, pelas vinte horas, reuniram por videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Ana Isabel Rodrigues Saraiva, em substituição de Anaísa Souto João, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

I - Período de Antes da Ordem do Dia

II - Período de Intervenção de Público

III - Período da Ordem do Dia

- 1. Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia;**
- 2. Comemoração do Aniversário do 25 de Abril e do 1 de Maio;**
- 3. Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais;**
- 4. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas:**
 - . Relatório de atividades;**
 - . Relatório de gestão;**
 - . Conta de gerência.**
- 5. Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento de 2021 e submissão à Assembleia de Freguesia;**
- 6. Apresentação e Discussão do Relatório do Orçamento Participativo e Orçamento Participativo Jovem de Marvila.**
 - Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos:
 - DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Manuel de Jesus Saraiva, Luísa Maria Cabral Costa Gomes, Luís Filipe Nunes Boaventura Figueiredo, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Custódia Martins Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina. -----
 - DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira e Rogério Borge Pereira Mota. -----
 - DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Luís André Fernandes Castro e Maria Amélia Alves Cabaço. -----
 - DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura. -----
 - DO CENTRO DEMOCRÁTICO POPULAR (CDS-PP)** – Pedro Pinto Monteiro. -----
 - Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, os seguintes eleitos:



1

---**Anaísa Sotto João (PS)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Sónia Sofia Gonçalves Régio**. -----

---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Nuno Miguel Duarte Sousa Almeida**. -----

---**António Manuel Alves (PMMI)**, por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituído por **Vítor Manuel Avelar Simões**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila: -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim Cerqueira Brito, Maria Hermínia Morais Ventura Cintra, Maria Cristina Rodrigues Abreu, João Carlos Lourenço dos Santos e José António Amaral da Silva**. -----

---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por dar a palavra à Sr.^a Primeira Secretária, **Sr.^a D. Diana Prudêncio** para informar o plenário dos pedidos de substituição solicitadas à mesa. -----

---De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou à aprovação das **atas nº18, 19 20, 21 e 22** que foram atempadamente enviadas aos eleitos para as correções julgadas necessárias, tendo as mesmas já sido corrigidas. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação a **ata nº 18**, relativa à sessão iniciada a 18 de junho de 2020. -----

---Passada a votação, **foi a ata nº 18, iniciada a 18 de junho de 2020 aprovada por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou de seguida à votação a **ata nº 19**, referente à sessão iniciada a 18 de junho de 2020 e terminada a 30 de junho de 2020. -----

---Passada a votação, **foi a ata nº 19, iniciada a 18 de junho de 2020 e terminada a 30 de junho de 2020 aprovada por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então à votação da **ata nº 20**, referente à sessão iniciada a 30 de junho de 2020. -----

---Passada a votação, **foi a ata nº 20, relativa à sessão iniciada a 30 de junho de 2020 aprovada por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou à votação da **ata nº 21**, referente à sessão iniciada a 30 de junho de 2020 e continuada a 29 de julho de 2020. -----

---Passada a votação, **foi a ata nº 21, referente à sessão iniciada a 30 de junho de 2020 e continuada a 29 de julho de 2020, aprovada por unanimidade.** -----

---De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a **ata nº 22**, referente à sessão iniciada a 30 de junho de 2020, continuada a 29 de julho de 2020 e terminada a 31 de julho de 2020. -----

---Passada a votação, **foi a ata nº 22, referente à sessão iniciada a 30 de junho de 2020, continuada a 29 de julho de 2020 e terminada a 31 de julho de 2020, aprovada por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** a troca da Ordem de Trabalhos, começando a discussão com o **ponto 2 - Comemoração do Aniversário do 25 de Abril e do 1 de Maio** e, de seguida escutar as intervenções do público inscrito ara a presente sessão Tomando o silencio da Assembleia como um consentimento, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou então ao **ponto 2 da Ordem do Dia - Comemoração do Aniversário do 25 de Abril e do 1 de Maio**.-----



---Iniciando as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao representante do **PMMI, Sr. Vítor Simões** para fazer a sua intervenção, que abaixo se transcreve: -----

--- «O Movimento Independente PRIMEIRO MARVILA saúda todos os MARVILENSES e, para eles, transmite o orgulho de sermos cidadãos dum país que pode comemorar em paz e em liberdade duas datas de profundo significado para todos os que respeitam os princípios fundadores da nossa democracia e o direito a lutar pela conquista da dignidade humana.

Hoje e aqui, comemoramos de modo especial o 25 de abril e o primeiro de maio, de 1974.

Hoje e aqui, prestamos sincera homenagem a todas as mulheres e a todos os homens que sonharam, planearam e concretizaram aquelas datas com os pensamentos dirigidos para uma vida coletiva melhor, com o coração sem rancores e com as palavras e as ações orientadas para a construção duma unidade nacional baseada no respeito pela pluralidade das opiniões e de soluções.

Estamos seguros de que é uma homenagem devida e inteiramente merecida, porque naquelas datas os portugueses, em massa e de forma espontânea, saíram às ruas de todo o país para expressar voluntariamente e com alegria o seu apoio à Revolução dos Cravos. Revolução que, nos portugueses e não só, acendeu a esperança num Portugal mais moderno, mais livre, mais justo e mais fraterno.

Porque estivemos lá ou porque nos foi dado ver, ouvir e ler através da comunicação social, sem censura, ainda ecoa na nossa memória a alegria contagiante, a fraternidade coletiva e o sentimento de unidade que invadiu os portugueses no dia 1 de maio de 1974. Pela primeira vez todos podemos participar, com liberdade cívica, nas comemorações do Dia Internacional do Trabalhador, já com a certeza da vitória da revolução e com inabalável confiança num Portugal novo, governado em democracia e com melhores condições de vida para todos.

Em Lisboa, naquele 1º de Maio de 1974, aludindo o resultado da revolução do dia “25 de abril”, Mário Soares fez ecoar para todo o país esta frase motivadora e carregada de significado:

“Essa vitória não é de ninguém, essa vitória é do povo português”

Em consonância com todos os democratas que respeitam a livre expressão da vontade popular, fazemos uma especial homenagem ao Movimento das Forças Armadas que concretizou a revolução do dia 25 abril de 1974 e que, depois de resolvidas as suas principais contradições internas, cumpriu a sua promessa de entregar a todo o povo português as ações necessárias para a formulação do seu destino coletivo em democracia.

Por tudo o que já foi dito, ao comemarmos hoje o 47º aniversário do “25 de abril”, também recordamos e valorizamos a importância histórica do dia 25 de abril de 1976, a data da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, redigida pela Assembleia Constituinte eleita no dia do 1.º aniversário do “25 de abril”, nas que foram as primeiras eleições gerais livres realizadas no nosso país.

Chegados aqui, parece-nos oportuno recordar a todos nós e de modo especial aos mais jovens que, naquele ano de 1976, o povo português teve a capacidade e a vontade suficientes para participar entusiasticamente em três atos eleitorais que confirmaram Portugal como um país democrático:

- As Eleições Legislativas, no dia 25 de abril;
- A Eleição do Presidente da República, no dia 27 de junho;
- As Eleições Regionais, nos Açores e na Madeira, no dia 27 de junho;
- As Eleições Autárquicas, no dia 12 de dezembro.



O Primeiro Marvila considera que a entrada em vigor da Constituição e a realização d aqueles quatro atos eleitorais, ao longo de um único ano, constituem a demonstração da vitalidade da então jovem democracia, mas também da capacidade de organização dos portugueses e, sobretudo, da vontade de mudança de toda uma nação.

Demonstra, também, aos que insistem em menorizar os portugueses e Portugal, o sucesso do esforço de todo um povo que se uniu em causas comuns, fazendo em curto espaço de tempo o que outros fizeram em décadas.

Com a entrada em vigor da Constituição e com a realização das eleições por sufrágio universal direto o povo português legitimou definitivamente a revolução de “25 de abril” e confiou aos eleitos a responsabilidade de prosseguirem a construção do Estado democrático e cumprirem as outras promessas feitas.

Logo na Constituição de 1976, foi criada uma peça importante para a construção do nosso Estado democrático e para o reforço da participação dos cidadãos na vida coletiva, foi refundado o Poder Local com a existência de Autarquias Locais dotadas de autonomia e competências próprias nos termos da Lei.

De então até ao presente, tem sido produzida legislação que visa o reforço das competências e recursos das autarquias locais, mas também o acréscimo de deveres e responsabilidades dos órgãos representativos assim como dos autarcas em exercício de mandato.

São as autarquias que estão mais próximas dos cidadãos e que melhor devem conhecer o território e as suas necessidades, por isso devem funcionar como uma espécie de “guarda avançada” na deteção dos diversos problemas e nas propostas para as suas melhores soluções.

Mas, tenhamos consciência, não basta existir boa legislação, boas promessas eleitorais e até bons planos previsionais de ação, é preciso haver vontade de fazer, dispor de competências para projetar e acompanhar as ações, ter tolerância para as críticas e sugestões construtivas, querer fazer a mobilização dos melhores recursos técnicos e humanos, principalmente a mobilização de recursos humanos funcionalmente adequados, profissionalmente competentes e dedicados ao interesse público.

Os sonhos que o “25 de abril” trouxe aos portugueses só podem ser alcançados com as pessoas e para as pessoas, se o interesse coletivo estiver sempre acima dos interesses dum grupo ou dum indivíduo.

Os projetos políticos só serão legítimos se forem realizados em prol dos cidadãos e não em razão de outros interesses ou ambições não declaradas.

Não basta que os eleitos promovam e participem em comemorações de acontecimentos marcantes para a vida dos portugueses, será muito mais importante e útil, para os cidadãos e para a Democracia, que os eleitos assumam plenamente as suas responsabilidades, seja num órgão executivo ou seja num órgão com competências de fiscalização.

Todos os eleitos, sem exceção, independentemente da função que estejam a exercer, têm igual dignidade e têm igual dever de representar e defender os legítimos interesses dos seus concidadãos.

Só assim, estaremos todos a homenagear o “25 de abril” e a construir uma Democracia que reduza o número de “desertores” à participação cívica e, também, a travar o aparecimento ou desenvolvimento de projetos políticos antidemocráticos, seguramente pouco tolerantes com a descentralização dos poderes do Estado e com a manutenção de todas as liberdades e garantias conquistadas pelos portugueses.



A pandemia que o país (e o mundo) enfrentam há mais de um ano e que infelizmente trouxe, a todos, inesperada dor e dificuldades, tem sido e tem que continuar a ser um exemplo da capacidade dos portugueses para enfrentarem coletivamente os períodos difíceis, mas também é um período de exemplar cooperação entre os diversos poderes e competências do país.

Desde o Presidente da República até às Juntas de Freguesia, desde os hospitais até aos Centros de Saúde, desde os médicos até aos enfermeiros e desde o INEM até à PSP e à GNR, todos têm prestado relevantes serviços no combate à pandemia para preservarem a saúde dos portugueses.

Comprovadamente o Serviço Nacional de Saúde é uma conquista da nossa Democracia, necessita de melhorias e, também para isso, é necessário que as autarquias ampliem a sua capacidade de avaliação e de promoção de melhorias da qualidade dos serviços prestados à população nas instalações de saúde nelas instalados.

O Movimento Independente Primeiro Marvila está seguro de que, contrariamente ao que tem acontecido com outras ações desenvolvidas localmente, a população da nossa freguesia daria colaboração e valorizaria os resultados positivos daquela ação política, por ser de efetivo e significativo interesse geral.

Para finalizar, prestamos aqui as nossas homenagens:

- Aos desígnios do “25 de abril”
- Aos princípios e objetivos do “Primeiro de Maio”
- À construção da nossa Democracia, participativa e pluralista
- Ao Poder Autárquico, inclusivo e transparente» -----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CCDS-PP)** que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

--- «Já praticamente tudo foi dito sobre o 25 de Abril. Aquela data representou o início de uma caminhada da construção de uma verdadeira democracia pondo fim a 48 anos de ditadura marcando definitivamente o fim da tradição revolucionária, a instauração da democracia em Portugal e a demonstração da vontade inequívoca do povo português em seguir um caminho diferente na senda da democracia que conduziu a novos destinos como foi a sua integração na União Europeia. Esta viragem foi um destino ganho que permitiu que Portugal seja um país democrático, pacífico, rico na sua multiculturalidade, aberto, tolerante, integrado no século XXI.

Homenagear e reservar a memória representa também a capacidade de superar divisões antigas e até mais valores democráticos de Abril de 74 que unem todos aqueles que hoje, como à data, participam na construção de um Portugal livre e soberano. Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

--- «O 25 de Abril de 1974 foi um dos dias mais felizes da minha vida e da vida do povo. E com o muito que se seguiu, de conquistas que ainda hoje celebramos, as liberdades, as alterações legislativas, relativamente à legislação do trabalho, aos direitos das mulheres no trabalho e na família, o SNS, a escola pública e o fim das barracas, conquistas que alteraram profundamente a sociedade em que vivemos e outras.

A pobreza dos idosos e de milhares de trabalhadores é uma nódoa no Portugal de Abril. Há mais medidas que faltam para cumprir Abril e há aspetos fundamentais em que houve retrocesso: as leis do trabalho que possibilitam e barateiam os despedimentos e impõem a



A

precariedade que conduzem aos baixos salários. A legislação colocou os trabalhadores precários à mercê dos empregadores e essa precariedade é feita de recibos verdes ilegais aplicados a necessidades permanentes e a contratos a termo certo em número interminável, por exemplo, na educação e na saúde e também no privado e o recurso a *outsourcings* que correspondem a mais uma forma de exploração a quem trabalha.

Outro aspeto fundamental é a reabilitação de edifícios e espaços comunitários que, entretanto, ficaram degradados, ocupação dos devolutos e construção de mais habitação social perante a grave crise de habitação que enfrentamos. O que está a ser feito é manifestamente muito insuficiente e há população a viver em condições indignas.

Uma ameaça, à imagem de outros países, incluindo a nossa vizinha Espanha: o aparecimento na cena política de uma força de extrema-direita, o Chega. Essa força conseguiu aglomerar nas suas fileiras os fascistas que nunca desistiram e uma camada da população revoltada com o seu empobrecimento e com o enriquecimento de uns poucos e alguns políticos.

A direita quer voltar ao poder mas a situação de aumento do Chega, promovido pelas suas intervenções ocas e populistas, nos faz lembrar Bolsonaro, Santiago Abascal e Trump, faz com que num aumento de votação se decida virar à direita. A direita democrática perdeu votos para os partidos de extrema-direita e por isso governa os Açores com o apoio parlamentar do Chega. Numa tentativa de captar esse eleitorado perdido, a direita lança Susana García como candidata à Câmara da Amadora, uma advogada desbocada, exibicionista e populista. Esse caminho, que nós já conhecíamos de várias sessões... esse caminho, se vírmos o exemplo de Espanha, a viragem à direita do PP, tem é servido para aumentar o VOX e diminuir as votações no PP. As pessoas não se reveem nas posições extremistas dos populistas.

A esquerda tem que cerrar fileiras contra o populismo e o ódio que a extrema-direita pretende instalar no país. É preciso não dar armas a esse populismo.

O apoio às vítimas da pandemia é insuficiente, vai criar situações muito difíceis em muitas famílias. O PS faz promessas, mas não as cumpre porque não quer aumentar o défice público. É tempo de mudar de políticas ou irá aumentar o descontentamento. É necessário ser audaz nas políticas públicas, o medo do défice só faz aumentar o empobrecimento e a dívida pública. É tempo de arrear caminho.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---«Ex. mo senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Marvila e restantes membros da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Ex. mo Senhor Presidente da junta de Freguesia de Marvila e membros do executivo desta Junta,

Caros Senhores e Senhoras membros das bancadas desta Assembleia,

Estimados funcionários da Junta de Freguesia de Marvila,

E um cumprimento especial a todos os fregueses que nos acompanham através das redes sociais.

Comemorar o 25 de Abril é uma responsabilidade e um orgulho para o Partido Social Democrata de Marvila e fazê-lo não é nem pode ser um mero cumprimento e um dever, uma formalidade sem significado. Comemorar o 25 de Abril é prestar homenagem a todos aqueles que lutaram e resistiram a um regime ditatorial e que naquele dia, em nome do povo português, libertaram o povo, para devolver ao povo, a condução dos seus destinos.



Comemorar este aniversário é honrar o regime democrático em que vivemos, fundado na revolução de Abril de 74 e de novembro de 75. Provámos que a liberdade é mais forte que o medo. Cantava Sérgio Godinho em 1974 que só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação. Foi há 47 anos, ainda nos falta cumprir o sonho, o sonho de Abril. Todos aqui defendemos ou sabemos o que devíamos defender sempre, sem partidos, sem ideologias, sem cores, este é o nosso sonho comum, caminhos diferentes, mas um único objetivo, a liberdade a sério que Sérgio cantava.

Neste dia celebra-se infinitos caminhos, os nossos caminhos de felicidade. As novas gerações olham para isto com gratidão para novas gerações que nos precedam nos darão. Nós, os mais novos, temos tido isto desde que nascemos, acesso a oportunidades que as gerações anteriores apenas puderam sonhar. Somos por isso o produto num Portugal sonhado. O facto da minha geração ter nascido e sempre vivido em liberdade não significa que prescindamos de defender essa liberdade ou que esqueçamos que o nosso país nem sempre a teve. Porque a liberdade funda-se num dia mas não se constrói numa noite, recupera-se uma data mas conquista-se todos os dias, tem que ser conquistada, e reconquistada, e reconquistada todos os dias. Uma liberdade que é minha, que é tua, que é de todos. Celebre a liberdade no feminino, celebre a liberdade da livre iniciativa, celebre o dom da vida, celebre a saúde, celebre a criação do SNS. É impossível falar do SNS sem falar de António Arnaut, aquele que sozinho o decretou e aquele que o tornou real sem possibilidade de retrocesso, um sistema que, infelizmente neste último ano, foi testado ao limite, tremeu mas não caiu, mostrou as suas fragilidades, mostrou que precisa de apoio e de soluções, mostrou que precisa de pragmatismo e não de sonhos. O SNS não é um campo de batalha ideológica, não é uma brincadeira de partidos, não é um ping-pong da esquerda nem da direita e muito menos a montada de um qualquer populista anti Abril. Com toda a liberdade que Abril me deu, digo: não quero saber se a saúde é privada, é pública ou social, eu quero saúde para todos, eu quero habitação para todos, eu quero justiça para todos, eu quero educação para todos, quero oportunidades para todos, quero a melhor qualidade de vida para todos os Marvilenses. O sonho de Abril é um sonho de futuro mas não é uma utopia, é algo que se conquista todos os dias com um brilharinho nos olhos, com formigas que saem no carreiro e que sabem que felizmente há luar, que exigem mais, que sonham mais, que são livres para usar e exigir e conseguir. Isto também é Abril, dizer o que o poder não quer ouvir, sonhar é livre, a liberdade não tem dono, se a liberdade tivesse dono, era uma ditadura. A força do nosso país não se mede pela força das suas armas, mas pela convicção dos nossos ideais, não se mede pela força dos mais poderosos, mas pela esperança de pelo sonho cumprir Portugal.

Como escreveu Miguel Torga, "Livre não sou nem a própria vida me consente, mas a minha aguerrida teimosia é quebrar dia-a-dia o grilhão da corrente. Livre não sou, mas quero a liberdade, trago-a dentro de mim como um destino". Não permitam que decidam por vós, não permitam que o caminho à chegada seja igual ao seu início, pensem, usem, façam e escolham. Como disse, a liberdade está-nos no ADN, a irreverência que nos corre nas veias. Não deixem de tentar cumprir Abril porque, como todos sabem, se a liberdade tivesse um dono era uma ditadura e isso, nós rejeitamos. Urge continuar a lutar por uma democracia universal onde o ponto de partida de cada pessoa não determina o quão longe ela pode chegar nem o quanto ela pode alcançar. Mais do que celebrar Abril, devemos enquanto seus herdeiros preservar os seus valores e as suas convicções e não só por mim ou pela minha geração.

Viva o 25 de abril!

Viva a liberdade!

Viva Marvila!



A

Viva Portugal!» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Rogério Mota (PCP)** que, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---«Ex. mo Senhor presidente da Assembleia de Freguesia,

Ex. mos Senhores membros da Assembleia de Freguesia,

Ex. mo Senhor Presidente da junta de Freguesia,

Ex. mos Senhores membros do Executivo,

Estimado público,

Trabalhadores da Junta de Freguesia.

No passado dia 2 e 25 de Abril comemorámos respetivamente os 45 anos sobre a data da aprovação da Constituição da República portuguesa e os 47 anos da revolução de 25 de abril de 1974. Comemorámos os 45 anos da Constituição da República, lei fundamental do país, aprovada a 2 de Abril de 76 que apesar das sucessivas alterações ao texto dos mais progressistas que se conhecem, mantêm vivos nos seus articulados os valores e os ideais de Abril que a revolução apontou e que corresponde aos mais profundos anseios de desejo de liberdade, progresso e bem-estar por que lutou o povo português. Comemorámos convictamente esse ato que formalizou e deu vida a uma das mais avançadas Constituições que o século XX conheceu e que tem sido o baluarte indispensável da vida democrática, mas também suporte que reforça e legitima a luta e as aspirações dos trabalhadores e do povo por uma vida melhor e mais justa num Portugal solidário, fraterno, mais livre, desenvolvido e soberano.

Comemorar mais um aniversário da revolução de Abril, esse ato revolucionário, heroico e libertador da nossa história contemporânea, em que naquela madrugada de 25 de abril de 74, um dia inteiro e limpo, os militares de Abril interpretando o sentimento do seu povo lhe devolveram a dignidade, a liberdade e o direito de decidir o seu futuro. Fica aqui a manifestação do nosso reconhecimento aos militares de Abril que tão bem souberam interpretar a resistência heroica e a luta constante do povo português à ditadura fascista e também uma homenagem aos deputados constituintes que realizaram e deram forma de lei a um compromisso coletivo com o Portugal democrático de progresso e independente que a Constituição de 76 conservou.

Saudar e comemorar a revolução de 25 de Abril de 74 e a aprovação da Constituição da República, dois momentos decisivos da nossa história mais recente, representa o ato cívico de defesa do Portugal democrático, livre, desenvolvido e soberano, no tempo em que assistimos ao reaparecimento de forças retrógradas, fascizantes mesmo, que espreitam para continuar com a sua tentativa de destruição das conquistas do 25 de abril e ataques à Constituição. Respeitar e defender a Constituição da República é um dever patriótico, mas também dar corpo ao projeto futuro que transporta, o alvo indispensável de todos os democratas e forças progressistas devem compreender e apoiar. A revolução de abril e a Constituição de Abril sempre tiveram inimigos declarados ou dissimulados que nunca abdicaram da defesa dos grandes interesses económicos e financeiros dos monopólios e dos grandes senhores da terra pois nunca se conformaram com o projeto revolucionário, libertador e emancipador que a revolução nos trouxe e a Constituição consagraria. Em muitos momentos deste quase meio século de regime democrático, as forças políticas que se opuseram à revolução e à Constituição fizeram deste bode expiatório para esconderem as suas responsabilidades de políticas de direita, conduzidas por vários governos, tiveram o seu apogeu na presença da Troika e nas intervenções devastadoras do governo PSD-CDS. Só a luta persistente e tenaz dos trabalhadores e a intervenção firme e convicta dos comunistas levou ao seu isolamento e à rejeição da sua política de empobrecimento e permitiu o afastamento do poder desse malfadado governo, fruto

da correlação de forças então existente na Assembleia da república. Desde aí, as medidas adotadas mostram que o caminho da defesa, da posição e conquista de direitos é indispensável para a melhoria de condições do povo e provam que não é a Constituição responsável pelas dificuldades que os portugueses enfrentam n4em contrária à adoção de medidas favoráveis ao seu bem-estar. A Constituição representa sim um claro projeto e uma ampla democracia para uma solução de futuro para o país e continua a ser um baluarte de direitos políticos, económicos, sociais, culturais, dos trabalhadores e do povo. Nela se inscrevem os direitos dos trabalhadores, desde os sindicais e laborais e à justiça, à segurança no emprego, a uma distribuição mais justa da riqueza, a salários mais justos, a horários de trabalho mais dignos, nela se reconhece às mulheres o direito de igualdade no trabalho, na família, na sociedade, importantes direitos às crianças e aos jovens, aos reformados e aos cidadãos com deficiência. Nela permanecem, como princípios constitucionais, a propriedade pública dos recursos naturais e dos meios de produção, nela permanecem os princípios de uma organização económica, baseada numa economia mista, em que exista um setor público, privado, cooperativo e social dos meios de produção, nela estão consignadas as obrigações do Estado em relação a domínios tão importantes como são os da educação e ensino, da saúde, da segurança social, da habitação, da cultura e do desporto. Nela subsistem princípios fundamentais para organização do Estado como a independência dos Tribunais e a autonomia do Ministério Público, a autonomia do Poder Local Democrático e a regionalização, processo que continua por concretizar. Nela se estipulam os princípios que devem nortear as relações institucionais, os princípios de igualdade entre os estados, a solução pacífica dos conflitos, e a não ingerência dos assuntos internos.

Comemorar Abril e lutar em Maio, eis algo fundamental para a defesa dos trabalhadores e da Constituição, que exige que se faça uma rutura com a política que conduziu Portugal ao abismo, sacrificou a luta dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, a juventude, exige um novo caminho e a afirmação de uma política alternativa patriótica de esquerda, que valorize os valores de Abril, as suas conquistas e a constituição que os materializou. Mais do que assinalar uma datas ou um episódio histórico, relembrar e comemorar o 1º de Maio, é assumir em pleno a validade das reivindicações dos trabalhadores, sobretudo numa altura em que assistimos a uma crescente desumanização do mundo do trabalho por via da desvalorização das relações laborais. O direito a um horário de trabalho, ao repouso e aos lazeres, nos termos da Constituição da República, é sistematicamente subvertido por via da criação de bancos de horas ou pelo trabalho prestado a título suplementar e que não é remunerado nesses termos. A generalização de vínculos laborais precários e a aplicação do princípio dos baixos salários fomenta a incerteza quanto ao futuro e atenta contra a subsistência e a dignidade dos trabalhadores, tem como primado o lucro e não a humanização do mercado de trabalho num calar do processo histórico em que a exploração se apresenta com uma nova roupagem, mas sempre incidindo sobre os mesmos e com os mesmos conteúdos. Um país de baixos salários, que desvaloriza direitos, liberdades e garantias, que atenta contra a dignidade de quem trabalha, compromete *à priori* o seu desenvolvimento. Urge reclamar empregos e empregos com direitos. Urge combater a precariedade e agir firmemente contra a desvalorização e desumanização do mercado de trabalho e, sobretudo, o espírito do que é e significa o 1º de Maio, dá eco aquilo que são as reivindicações dos trabalhadores portugueses nos diversos setores de atividade. Quando algumas medidas preventivas vinham sendo implementadas, apesar da atitude muitas vezes pouco determinada, e até envergonhada, do PS e seu governo, fomos infelizmente assolados pela pandemia de Covid-19, que nos trouxe uma situação absolutamente



A

inesperada da qual ainda não temos a verdadeira dimensão. Se no plano sanitário, podemos dizer, tem sido preocupante e devastador, no plano económico ainda teremos que avaliar melhor o pós-Covid, as suas consequências ao nível económico e social.

Mas mais uma vez Abril esteve presente. No caso da saúde, o SNS, conquista de Abril, inscrita na Constituição, sujeita a uma dura e difícil prova, respondeu presente através do esforço e da ação dos seus profissionais. Seria certamente diferente se não se tivesse investido em meios humanos e materiais, de modo a capacitá-lo a responder mais e melhor às necessidades dos portugueses e à preservação da sua saúde. Também os trabalhadores dos serviços de primeira necessidade se mantiveram firmes e empenhados para que as necessidades essenciais não faltassem aos portugueses. Muitos lutando contra algum patronato que, aproveitando-se da situação pandémica, procurou desferir mais uns ataques à revolução de Abril, à Constituição, ao desenvolvimento do país. É preciso neste contexto, apoiar os trabalhadores, as pequenas e médias empresas, apoiar os setores económicos essenciais à recuperação da nossa economia, investir na produção nacional, o que se faz, o essencial, com o respeito pelo trabalho, melhorando significativamente o salário dos trabalhadores e não esbanjar euros e mais euros para os grandes grupos económicos, para o capital, chamem-se eles Novo Banco, Grandforce ou BCI, etc., etc. O que o país precisa é de investimento no SNS, na escola pública, na habitação, na retoma e recuperação dos principais setores produtivos, na recuperação das empresas, na valorização do trabalho, na utilização das ajudas europeias, na verdadeira recuperação da economia deste país.

Por tudo isto, este 1º de Maio assume grande importância na luta por melhores condições de vida, pela alteração de políticas que permitam dar resposta às mais prementes necessidades do povo português. Isto pode acontecer fazendo cumprir a Constituição e o seu projeto aglutinador de progresso.

O PCP e os seus eleitos nesta Assembleia de Freguesia reafirmam a defesa dos valores e objetivos da revolução de Abril, da luta pela paz e pela conquista dos direitos dos cidadãos, a saúde, a educação, a habitação, o trabalho, soberania nacional, parte integrante da Constituição da República.

O PCP saúda os 47 anos da revolução de Abril, os 45 da Constituição, a sua atualidade e identificação com as mais profundas aspirações dos trabalhadores e do povo português.

O PCO apela à convergência e unidade de todos os democratas, dos Marvilenses e Lisboaetas que se identifiquem com os valores da revolução de Abril e na defesa da Constituição da República.

O PCP apela à participação dos Marvilenses e Lisboaetas e da população em geral e da juventude nas manifestações do 1º de Maio com os trabalhadores e, em particular, com a sua central de classe, CGTP-IN, fazendo dela um 1º de Maio, um dia de combate e luta na defesa e formação dos valores e conquistas da revolução de Abril e da afirmação de um Portugal de progresso soberano e de desenvolvimento. Se é o povo quem mais ordena, então ninguém mais cerra as portas que Abril abriu.

Viva a Constituição da República Portuguesa!

Viva a revolução de Abril!

Viva o 1º de Maio!

A luta continua!

Os eleitos do PCP» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---«Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia,



Senhores membros da Mesa.
Senhor Presidente da junta de Freguesia,
Senhores Vogais,
Estimados eleitos pelos vários partidos nesta Assembleia,
Senhores colaboradores da Junta que nos acompanham,
Estimados cidadãos que nos ouvem nas plataformas disponibilizadas para o efeito,
A todos saudamos com espírito fraterno e democrático.
Contado o tempo a partir do “dia inicial, inteiro e limpo” nas belas palavras de Sophia, passaram 47 anos. **0 25 de Abril de 1974**, recentemente celebrado e que aqui evocamos, corresponde a uma rutura entre dois regimes: na Constituição de 1933 o Estado Português é definido como uma **república unitária e corporativa**, enquanto na de 1976, da qual comemorámos recentemente o 45º aniversário da sua aprovação, é uma **república soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular**. Ficava para trás o Estado Novo, regime político que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974, um regime autoritário de direita, com inspiração no fascismo italiano dos anos 20 e 30. Este regime, de Oliveira Salazar e Marcello Caetano, foi um regime que perseguiu ferozmente a oposição, assassinando algumas dezenas e prendendo, no Tarrafal, em Peniche e em Caixas, cerca de 30.000 portugueses, para além dos muitos que foram torturados, perseguidos e exilados; foi um regime que violou direitos políticos e sociais de modo sistemático; que proibiu os partidos políticos; que criou tribunais especiais e que, incapaz de assumir a mudança que, após a II Grande Guerra, aconteceu por todo o mundo, manteve uma ideia acabada de império e uma guerra colonial de treze anos. Teremos que resumir, mas devemos, ainda, acrescentar as deportações, a censura aos meios de comunicação social, a fixação de residência, os espancamentos na Universidade e as demissões por motivos político-ideológicos. A tão apregoada Liberdade era proibida.
Falamos destas coisas, não com a ideia de acertar contas com o passado, mas com a vontade de estimular o debate público sobre a nossa memória histórica recente, para melhor compreendermos o tempo presente.
Aos mais jovens que nos ouvem ou que, por um outro meio, possam tomar conhecimento destas nossas palavras, queremos dizer-lhes que os jovens de 70, à semelhança dos jovens de hoje, ambicionavam por um mundo melhor, mesmo que na eminência de serem obrigados a participar numa guerra e que, tal como os jovens de hoje, apesar de um sistema repressivo, faziam o que lhes era possível para concretizarem esses sonhos. Não é fácil explicar o que é a Liberdade e a sua importância na dignidade de um viver coletivo a quem sempre viveu em liberdade. À semelhança do que acontece com a saúde, só a valorizamos quando a perdemos. Por isso é muito importante tudo fazermos para que tenhamos saúde e Liberdade.
Não foi apenas a Liberdade, que é o valor-maior de uma sociedade, a única conquista do 25 de Abril. Muitos dos direitos que se seguiram (liberdade de expressão, educação, saúde, ordenado mínimo garantido, segurança social universal, voto livre) são hoje parte integrante das nossas vidas, de tal modo que somos levados a pensar terem sempre existido, o que não é verdade. Foi o 25 de Abril que os permitiu. Por isso o evocamos, por isso o celebramos, na convicção de que nos permite evoluir na democracia e numa sociedade mais justa. Por último, o poder autárquico, democrático e livre, que nos consente estar hoje aqui, em liberdade, sem constrangimentos quanto às palavras a utilizar, porque desapareceu a censura e as formas de repressão que lhe estavam associadas.
Sobre o 1º de Maio e das razões que justificam a sua comemoração, muito já foi dito. Essas razões são conhecidas pela grande maioria dos portugueses. A moção aqui apresentada por



todas as forças políticas esclarece que a sua comemoração livre e o estatuto de feriado obrigatório apenas aconteceu depois do 25 de Abril, pelo que se justifica a associação das duas datas.

Porém, à semelhança do que acontecia por esse mundo nos longínquos tempos de final do século XIX, tempos de afirmação da Revolução Industrial com consequências na ordem social, também em Portugal o movimento operário socialista acompanhou os seus congéneres europeus e americanos: no dia 1º de Maio de 1890 alguns milhares de trabalhadores manifestaram-se em Lisboa e no Porto, dando cumprimento às decisões dos Congressos Socialistas realizados em Paris em 1889. A principal motivação destas mobilizações era a de intimação aos poderes públicos para que reduzissem legalmente a jornada de trabalho a oito horas.

Numa intervenção com estas limitações é impossível, mesmo que de modo muito resumido, apresentarmos a história do movimento operário, da sua origem ao 25 de Abril de 1974. Sabemos que a República, ao acabar com os feriados religiosos e ao decretar os novos feriados, não incluiu o 1º de Maio nos cinco promulgados, mesmo que essa competência fosse permitida aos municípios e, desse modo, foram assim criados os feriados municipais. O Estado Novo retorna aos feriados religiosos mas não incluirá o 1º de Maio. Apesar do constrangimento legal, as manifestações do 1º de Maio, embora que de modo clandestino, foram-se sucedendo. Chegados a 1974 e ao 1º de Maio em Liberdade, mais do que todas as palavras adulatórias, deixamos o convite a que procurem na net as reportagens a propósito desse 1º de Maio, para se confrontarem com a mobilização de centenas de milhares de trabalhadores que saíram à rua para a afirmação de uma vontade libertadora. Não com essa intensidade inicial, continuaram as comemorações do 1º de Maio durante todos estes anos de democracia. Por compreensíveis razões, as duas últimas serão limitadas na sua expressão. Porém, para além daqueles que, respondendo ao chamamento de diferentes organizações, decidirem manifestar-se na rua é, igualmente, importante consolidar a conhecimento das razões desta luta que se prolonga desde o século XIX e que continua a ser válida nas novas condições do trabalho contemporâneo e dos desafios com que, no dia-a-dia, os trabalhadores são confrontados. Mais uma vez ousamos apelar aos jovens: são diferentes as condições do século XXI quando comparadas com as do século XIX, mas são idênticas as ambições de dignidade e de respeito pelo trabalho.

Foi para nós, Partido Socialista, uma enorme honra usar da palavra nesta nossa Freguesia de Marvila, que, na sua génese, tem uma enorme importância na história dos trabalhadores, a partir do momento que a necessidade de expansão da indústria conduziu o crescimento da cidade nesta direção. Honrando a memória de todos aqueles que, neste território, lutaram pelos valores da liberdade e do trabalho com dignidade, acabamos esta intervenção com o reconhecimento de que, ontem como hoje, é necessário continuar a **lutar pela Liberdade**, celebrando o 25 de Abril e pela **dignidade do trabalho**, celebrando o 1º de Maio.

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1º de Maio!

Viva Marvila!» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Presidente da Junta de** que, no uso da palavra, fez a intervenção que abaixo se transcreve: -----

---«Ex. mo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia,
Ex. mos Senhores membros da Mesa da Assembleia de Freguesia,
Ex. mos Senhores membros da Assembleia de Freguesia,
Caros trabalhadores da Freguesia de Marvila,



Caros Marvilenses,

Sessão após sessão, ano após ano, cumprimos aqui o papel que o Povo nos confiou através da sua vontade, expressa nas urnas eleitorais.

Os anos vão passando e, por isso, esta forma de exercício de poder democrático torna-se, e ainda bem, algo natural e inquestionável.

Estarmos aqui reunidos, nesta Assembleia, é a materialização de um ideal de Democracia que só foi possível com a Revolução do 25 de Abril de 1974.

Algo que resultou da luta de muitos, durante muitos anos, e que devemos preservar sempre com um sentido de Liberdade.

Como um dia disse o filósofo Agostinho da Silva, que dá nome a uma das escolas de Marvila, “*A liberdade só existe quando todos os nossos atos concordam com todo o nosso pensamento.*”

É, por isso, fundamental pormos em prática o que pensamos.

E o que nós pensamos é que não há verdadeira Democracia enquanto houver pessoas que não possam usufruir da vida em plenitude. Não há verdadeira Democracia enquanto houver crianças sem condições para concluir os seus estudos, enquanto houver pessoas portadoras de deficiência a viver o seu dia a dia sem a dignidade que merecem, enquanto houver idosos confinados à solidão. Não há verdadeira democracia enquanto houver trabalhadores que, por mais que trabalhem, não são retribuídos com um salário justo e que lhes permita proporcionar um nível mínimo de bem-estar, às suas famílias.

Como disse Mário Soares, um dos fundadores da nossa Democracia, “*sou um homem de esquerda. Sou socialista. Mas, antes de ser socialista, sou democrata. E, antes ainda, sou português*” ... acrescento, somos portugueses de Marvila e por isso, para nós, em primeiro lugar, estão todos os Marvilenses, mas em especial, os mais frágeis, os mais desprotegidos, os mais vulneráveis. Aqueles que têm menos ferramentas, instrumentos e meios para se defenderem para se defenderem.

E o que podemos fazer para se cumpra Abril? Para que se cumpra a Liberdade e a Democracia? Para que se cumpram os nossos sonhos? Para que ninguém fique para trás? Para que ninguém fique sozinho?

Sem dúvida que muitas respostas terão de partir do Estado. Um Estado Social, forte e coeso. Tanto a nível central como a nível autárquico.

No entanto, o Estado pela sua própria natureza orgânica não conseguirá dar uma resposta rápida e eficaz a tudo e a todos.

É preciso mais. É preciso estar perto da realidade.

Estou convicto que essa resposta terá de passar pelo movimento associativo. Pelas associações e instituições das mais variadas áreas, em particular aquelas que exercem a sua atividade em Marvila que, por atuarem no terreno, conhecem melhor do que ninguém quais são as dificuldades das pessoas e como lhes dar resposta.

Durante estes tempos difíceis de pandemia pudemos constatar como a ação de associações, clubes, coletividades e outras instituições sociais foi decisiva para ultrapassar inúmeros problemas e desafios da nossa freguesia.

No entanto, para a sua ação ser mais eficaz, tem de ser enquadrada numa visão mais global.

Se uma vara solitária se parte com alguma facilidade, muitas varas solidariamente juntas podem ser uma alavanca poderosa.

Este é o desafio: a criação de uma rede formada pelos mais variados agentes associativos coordenada e motivada e tal como existe um Hub Tecnológico deverá criar-se um Hub Social.



A

Acredito que Marvila tem as condições para acolher um Hub Social. Dar-lhe corpo e dimensão. Um Hub Social que para além de resolver os problemas reais das pessoas, principalmente as mais frágeis, poderá também contribuir para o bem comum, nomeadamente através de uma Economia Social, ela própria geradora de emprego e de outras oportunidades.

Como disse Francisco Sá Carneiro, outro dos fundadores da nossa Democracia, *“a pessoa é a medida e o fim de toda a atividade humana”*.

Será assim, pensando num sistema que sirva as pessoas, que faremos cumprir Abril. E como desafiava Agostinho da Silva, atuando como pensamos, assim faremos cumprir a Liberdade.

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1º de Maio!

Viva Marvila!

Viva Lisboa!

Viva Portugal!» -----

---De seguida. A **Sr.ª Primeira- Secretária** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Assembleia** para encerramento do **ponto 2** da Ordem do Dia - **Comemoração do Aniversário do 25 de Abril e do 1 de Maio**. -----

---o **Sr. Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a intervenção que abaixo se transcreve: -----

«Senhoras e Senhores membros da Assembleia de Freguesia,

Senhor Presidente da junta de Freguesia,

Senhoras e Senhores membros do Executivo,

Colaboradores e dirigentes da Freguesia,

Marvilenses,

Temos hoje o privilégio de poder evocar livremente mais um aniversário da Revolução dos Cravos. Por ser esta a última comemoração do Dia da Liberdade deste mandato, não podemos deixar de nos dedicar um pouco mais do que seria e tem sido hábito, a uma breve, mas sentida reflexão sobre a liberdade e o seu estado e no Estado em que vivemos e encaramos de forma democrática. Sempre sem esquecer que somos muitos, muitos mil, a continuar Abril. Nunca com este ano, estas palavras tiveram tanto significado. Esta poderá ser infelizmente a última comemoração que posso dizer que todos, todos sem exceção, nesta Assembleia, somos defensores da Constituição da República Portuguesa como ela se encontra. E isso, é mais que bastante para nos unir muito mais do que qualquer aspeto político ou partidário que exista ou como fator que nos possa separar. A riqueza desta freguesia, heterogénea na sua composição sociocultural, tem o seu espelho nesta Assembleia, também ela heterogénea. Mas esta freguesia é, simultaneamente, homogénea quando se trata da defesa das nossas gentes, dos nossos valores e dos nossos costumes. Por isso afirmo sem hesitações que quando estivermos perante a hora da escolha, saberemos optar pelo lado certo, que não vacilaremos na defesa da democracia, da liberdade e do progresso.

Mas hoje é um dia de festa, comemoramos a liberdade, saudamos aqueles que lutaram e juntamos a esta festa outra, a dos trabalhadores, com o reconhecimento da importância do trabalho no desenvolvimento de Portugal. Com lucidez necessária para perceber que estamos hoje muito melhor do que estávamos há 47 anos, mas que muito temos que fazer para criar melhores condições de trabalho. Só assim, conseguiremos produzir mais e melhor, mas que essas condições laborais são transversais à nossa sociedade, porquanto, precisamos de mais e melhor educação sabendo que a educação começa em casa. Profissionais mais bem preparados, mais qualificados, produzem mais, mas produção não implica mais trabalho, implica melhores



resultados, algo com que temos que nos confrontar, a meritocracia, a capacidade de nos reinventarmos, no sentido de podermos valorizar os melhores.

Senhores membros da assembleia, Senhor Presidente, saberemos hoje para que nunca se esqueça, para que todos se lembrem, para que possamos passar de geração em geração a nossa história recente que nos deve orgulhar a todos. A nossa responsabilidade enquanto eleitos locais é ainda maior porque exercemos funções públicas. Nos meses que se avizinham, teremos todos que resistir à tentação da demagogia e do populismo. Seremos julgados por isso, mas acima de tudo e no final do dia, depois da espuma do dia estaremos de volta, aqui, encarando-nos, mas até lá, temos de assegurar que o que nos une, o que é mais forte, se preserva, a liberdade.

Para muitos dos outros tentarão sempre impor a sua vontade pelo exemplo da sua força, já a nossa responsabilidade de cidadãos passa acima de tudo, pela força do nosso exemplo. A nossa conduta irrepreensível acima de qualquer censura deve permitir fazer Abril.

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, este ano é difícil, temos sido assolados por um vírus que norteará estes tempos nos anais da história para todo o sempre como a peste do século XXI. Mas temos hoje sinais de esperança, a nossa resiliência, a nossa coragem e determinação devem persistir, e assim, juntos, venceremos esta terrível pandemia que assola o mundo e a Humanidade. Os nossos concidadãos também aqui procuram em nós sinais e temos duas alternativas: transmitir confiança num futuro melhor ou traçar cenários catastrofistas de apocalipse, tentando espalhar um clima de incerteza, medo e terror, que nenhum amante da liberdade pode servir. Um povo amordaçado e com receios, medos e a viver em clima de terror, não é livre. Estou por isso verdadeiramente convicto que todos os membros desta Assembleia, todos os eleitos desta freguesia, farão parte da solução e do combate à pandemia. É nesse sentido que temos estado, reunimos hoje mais uma vez por via digital de modo a preservar a saúde e a segurança de todos, eleitos, colaboradores e fregueses.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros da Assembleia, liderar pela força do nosso exemplo é isso mesmo, é por isso que estando asseguradas as medidas de segurança e de saúde pública, vou propor à conferência de representantes que a nossa sessão ordinária de junho possa ter lugar em regime presencial. É, pois, chegado o momento de também nós darmos um sinal de confiança de regresso a esta nova normalidade que há tanto desejamos. Não creio que as pessoas percebam, como tudo regressa progressivamente à forma presencial, e a Assembleia de Freguesia continue a reunir por vis digital. A verdade é esta, muito há a fazer, e a história tem sido profícua a demonstrar que, de tempos em tempos, a demagogia de esquerda ou de direita, quando chega ao poder sempre ou quase sempre por via do voto popular, pelo menos uma primeira vez, galga todas as fronteiras do razoável e transforma a sociedade mais justa, fraterna e solidária, na mais perigosa e demoníaca nação, capaz de lançar o pânico e causar a destruição ou de ameaçar a paz a nível mundial. Por isso, somos livres para dizer 25 de Abril sempre, demagogia nunca mais.

Minhas Senhoras e meus Senhores, o problema está quando os demagogos não são o nosso maior problema, é que há que manter a liberdade para as gerações vindouras, para aqueles com violência da guerrilha urbana, pretendem tomar de assalto as nossas vidas. Ser livre é não ter medo e quem no mundo tem por objetivo instaurar na nossa mente e no nosso modo de vida o terror e o medo, alguns que sim, temos que preservar a nossa liberdade para que possamos sempre combater o medo.

Deixo-vos um desafio, experimentei há dias com as minhas filhas de seis e de dez anos, abordar a importância destas datas em menores palavras. A ideia é também nós encontrarmos novas



formas de comunicar a liberdade e de percebermos com o que estão as novas gerações confrontadas, como nos observam e nos escutam quando falamos apaixonadamente sobre a manhã clara e limpa. Hoje comemoramos o 25 de Abril, a Revolução dos Cravos, o Dia da Liberdade, hoje comemoramos o 1º de Maio, o Dia do trabalhador. Para manter a liberdade não podemos deixar de nos olhar uns aos outros como iguais, não podemos deixar de tentar a todo o custo, e por muito que isso custe, olhar para o nosso semelhante e conceder o benefício da dúvida livremente. Portugal, povo que ao longo de séculos despertou pessoas, tem que continuar a ser um exemplo no mundo, aproveitando inclusive, a secretaria geral das nações Unidas, para demonstrar que a menção de um povo de brandos costumes, integrador, respeitador, livre e que luta pela igualdade de forma fraterna. Passaram já quinhentos anos desde que um povo à beira-mar plantado decidiu avançar por mares nunca dantes navegados, que referirei numa visão menos romântica, um povo que simplesmente partiu em busca de uma vida melhor qual mirante à conquista de um sonho. Mas os tempos mudaram, e hoje esse povo que mudou mundo, que cruzou oceanos e tantos feitos alcançou, adaptou-se e mudou também. Um povo que com dificuldade ao longo dos tempos evoluiu e consegue hoje estar lado a lado com nações maiores, mais fortes, a liderar a Europa e até a sair vencedor. Um povo que tem a obrigação de receber aqueles que aqui querem construir ou reconstruir a sua vida como os nossos antepassados, com tudo ou com quase nada deixaram para trás, nos abraçam com a força que têm e se entregam às sortes. É difícil sim, claro que é, mas se fosse fácil deixaríamos para outros. Portugal está hoje melhor que em 1974 e estou certo que estará melhor dentro de uns anos, mas há muito a fazer no mundo que nos rodeia, é hora de nos juntarmos, exportarmos também o nosso espírito combativo e lutador, para que o mundo saiba, para que além do Futebol e do Fado, para além de um povo que não se governa nem deixa governar, há um povo livre, fraterno e solidário.

Viva Marvila!

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1º de Maio!» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então ao Período da intervenção do Público, informando que haverá três intervenções e que cada um dispõe de cinco minutos, solicitando à **Sr.ª Segunda-Secretária, Sr.ª D. Ana Saraiva**, para dar a palavra aos fregueses para intervir. -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Bruno Santos Palma** que, tem a seu cargo uma menor que frequenta o Colégio Valsassina, sitiado na freguesia de Marvila. -----

---Saudando os presentes, o **Sr. Bruno Santos Palma** disse, a propósito do 25 de Abril, ser importante recordar que a Constituição estabelece no artigo 43 a liberdade de aprender e ensinar, salientando que no seu ponto 4 é garantido o direito da criação de escolas particulares e cooperativas. Disse que esse foi o motivo pelo qual solicitou à Junta de Freguesia a atualização da informação de todas as escolas localizadas em Marvila e não apenas as escolas públicas, considerando ser uma informação relevante, sobretudo para quem chega a Marvila e procura escola para as suas crianças, sendo uma informação útil para os munícipes e para a própria Junta de Freguesia, informando que foi enviado um e-mail com esse pedido no dia 1 de abril e que, até à presente data, não obteve qualquer resposta. Informou que já tem vindo a solicitar desde 2017 a proteção dos passeios e a conclusão dos referidos passeios, na zona do Colégio Valsassina, frequentado pela sua filha, localizado na freguesia de Marvila, frisando existirem zonas onde não existe passeio e os fregueses são obrigados a andar com as suas crianças pelo meio da avenida onde os carros circulam a



grande velocidade, considerando que não é uma situação aceitável informando que é uma situação acompanhada pelo Sr. Presidente da Junta e pelo funcionário Bruno Gomes, aproveitando para lhes agradecer a colocação de pilaretes de proteção em frente ao Colégio, junto da paragem dos autocarros, o que permite já circular naquele troço sem que os carros invadam o espaço das pessoas que estão a entrar e a sair, expondo que a situação no referido espaço às 8h30 e às 16h00 é absolutamente caótico, informando que foi apresentada uma proposta, a qual solicitou à mesa da Assembleia que enviasse a todo o plenário para que a informação seja pública. Disse ter como objetivo identificar o problema e apresentar a solução. Disse ainda que Portugal tem a maior zona exclusiva da União Europeia, mas que, infelizmente é a única capital europeia sem acessos livres ao rio, ou seja, as pessoas para usufruírem do rio têm que pagar às marinas. Considera que um país que tem como seu maior recurso o mar, não pode deixar que o mar seja uma coutada de quem tem dinheiro para pôr os barcos na marina, acreditando ser importante que Lisboa, uma capital europeia tenha acesso livre ao rio e que Marvila tem condições para implementar isso através da requalificação e reabilitação da doca do Poço do Bispo, dizendo ainda que as crianças de Marvila que frequentam o programa da CML, “Clubes do Mar”, saiam de Marvila, do Beato ou dos Olivais, ou seja, da zona oriental de Lisboa, atravessassem toda a cidade de transportes públicos, para se deslocar a Belém ou a Alcântara, passando mais tempo dentro dos autocarros do que dentro de água, tendo em conta que existe uma marina fechada e privada e uma doca que poderia ser o acesso livre ao rio em Lisboa. Nesse contexto convidou o Sr. Presidente da Assembleia e o Sr. Presidente da Junta e todos os eleitos a visitarem a doca do Poço do Bispo e, pondo o seu contato à disposição, disse que gostaria de lhes apresentar a Associação Naval de Lisboa, a área de remo e o náutico Boa Esperança, onde têm vela, salientando poder haver vela e remo na freguesia, informando que têm pescadores que ainda exercem atividade na doca do Poço do Bispo e que por vezes não dormem à noite para pôr o barco às três da manhã, às cinco da manhã para poderem entrar e sair. Disse que, a seu ver, não faz sentido ter uma marina e não a utilizar sobretudo depois de se ter visto a requalificação da CML do chamado parque Oriente, bem feito a seu ver. Disse que é sua opinião, que se deve utilizar esta valência que a cidade nos proporciona. Terminou a sua intervenção desejando que as situações referidas se resolvam o mais rapidamente possível do que a situação da Escola Afonso Domingues, que poderia ser um polo de desenvolvimento para a zona oriental, assim fosse solucionada. -----

---A **Sr.^a Segunda-Secretária** passou a palavra à **Sr.^a D. Isabel Almeida**, moradora da Rua Armandinho que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que gostaria de expor à Assembleia três assuntos: estacionamento, higiene urbana e espaços verdes. Relativamente ao estacionamento, concretamente na rua Vale Formoso de Cima, falando das entradas para as garagens dos números 152 e 19, disse que, diariamente os moradores se deparam com viaturas estacionadas na faixa de rodagem que muitas vezes dificultam e impossibilitam o acesso às garagens. Salientou que, desde o início da rua que tem um só sentido, encontram-se viaturas estacionadas e, mesmo telefonando para a polícia municipal, informando que o faz com bastante frequência assim como outros condóminos, de forma geral a polícia nada faz e, sendo certo que atendem o telefone, também respondem com enfado dizendo que já sabem a morada pois receberam telefonemas no dia anterior e que irão tratar do assunto. Informou que, o certo é que a situação se mantém aos olhos de todos sem que ninguém nada faça. Disse ainda que, se a seguir o Sr. Presidente da Junta lhe disser que este assunto diz respeito à Câmara, disse que responderá desde já, uma vez que a seguir não terá o direito à



palavra, que não sabe a quem pertence, mas sabe ser competência da autarquia fazer chegar à CML o sentir dos fregueses de Marvila que, por sua vez, são munícipes de Lisboa. Disse ainda que aquilo que também sabe é que a Junta tem que pressionar quem de direito para que este assunto, nomeadamente para que o estacionamento comece a ser ordenado no Vale Formoso e que quem habita nos prédios da referida zona tenha o direito de entrar nas suas casas com o sossego e com o respeito que lhe é devido, salientando que é indecente que para aceder às garagens se tenha que pedir licença e muitas vezes ser confrontado com a má educação de quem faz da faixa de rodagem o local de estacionamento mas que considera estar a agir corretamente e por sua vez até tem a indecência de ameaçar ou maltratar quem quer entrar nas suas casas. Informou que, quando os restaurantes estão abertos, a situação agrava-se e até os proprietários dos estabelecimentos comerciais fazem da faixa de rodagem o seu lugar de estacionamento, tal como as suas esplanadas tomaram de assalto os passeios, dizendo que não sabe com autorização de quem. Ainda relativamente ao acesso às garagens, disse que muitos são os dias que, depois da recolha do lixo, à noite, o difícil é entrar na garagem, ou seja, aquando da recolha do lixo, os caixotes são deixados frente às garagens e há que sair do carro e ir retirar os caixotes do caminho. Entrando um pouco na brincadeira, disse que no Vale Formoso se pode perfeitamente gravar uma cena do Capuchinho e do lobo mau, dizendo que floresta já há, ou melhor o mato já existe. Salientou que na sua zona as ervas crescem sem que se veja qualquer preocupação ou manutenção dos espaços verdes. Disse ainda que as ervas, na sua maioria, crescem a trepar as paredes dos edifícios e disse lamentar, uma vez que a zona referida tem potencial para ser algo que não envergonhe quem ali habita e que ali passa para aceder aos transportes públicos, nomeadamente ao comboio. Falou ainda da questão dos dejetos caninos, dizendo que existe falta de higiene, falta de limpeza, falta de gestão na ordenação de estacionamento e, na sua opinião, falta o respeito por quem ali habita e que são fregueses de Marvila. Questionou por último se a rotunda do vale Formoso passou a ser uma extensão da rotunda do relógio, informando que na rotunda do vale Formoso existe venda ambulante, podendo ir lá comprar-se fruta, carvão, batatas, etc., estando aos olhos de toda a gente sem que ninguém faça nada, considerando ser uma vergonha. -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Nuno Moreira**, morador no bairro dos Lóios que, no uso da palavra, disse que há duas semanas atrás enviou um e-mail para o Executivo da Junta de Freguesia referente à deservagem na rua Norte Júnior e, até à presente data não obteve resposta. Disse já ter falado anteriormente com o Sr. Presidente da Junta onde este respondeu para ligar ao funcionário, Sr. Bruno Gomes, e assim fez, mas não obteve resposta deste e a deservagem continua por realizar. Também relativamente à deservagem na rua Botelho de Vasconcelos, disse que, tal como na outra rua, está por realizar. Assim, questionou o Executivo quando será solucionado este problema. Disse ainda que os passeios na rua Pedro José Pezerat continuam a aguardar as respetivas obras, questionando quando se irão estas iniciar. Relativamente ao passeio na rua Pardal Monteiro, frente à rua Norte Júnior, informou que continuam por arranjar há mais de 32 anos questionando quando serão os mesmos arrançados. -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Pedro Henrique Soares**, morado5r no bairro das Amendoeiras que, no uso da palavra, disse que, no que toca aos jovens, é sabido que muitos jovens recorriam a atividades desportivas e formativas, com a situação pandémica, viram essas atividades canceladas e, em sua opinião, durante todo este tempo houve uma massa que não teve amparo pois muitos jovens usavam estas atividades como